

O Brasil nas páginas da Coleção *Cadernos do povo brasileiro*

Angélica Lovatto* e Douglas Rocha Constancio**

Resumo:

Este artigo resgata a história da Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, publicada no Brasil de 1962 a 1964, que vendeu em torno de um milhão de exemplares. Seu objetivo foi circular textos com ideias e caminhos estratégicos e táticos para a revolução brasileira. A repressão desencadeada pelo golpe militar de 1964 encerrou a Coleção e destruiu as três instituições responsáveis por sua produção e divulgação: o ISEB, o CPC da UNE e a Editora Civilização Brasileira. A Coleção enfrentou fortes organizações anticomunistas como o IPES, o IBAD e a LIPL. O artigo discute a atualidade da Coleção, diante da contemporaneidade brasileira de enfrentamento às forças de extrema-direita, em crescente rearticulação desde, no mínimo, o início da década de 2010.

Palavras-chave: *Cadernos do povo brasileiro*; ISEB; LIPL; ESG.

Brazil in the pages of the *Cadernos do povo brasileiro* collection

Abstract:

This article rescues the history of the *Cadernos do povo brasileiro* collection, published in Brazil from 1962 to 1964, which sold around one million copies. Its objective was to circulate texts with ideas and strategic and tactical paths for the Brazilian revolution. The repression triggered by the 1964 military coup closed the Collection and destroyed the three institutions responsible for its production and dissemination: ISEB, the CPC of UNE and Civilização Brasileira Publisher. The Collection faced strong anti-communist organizations such as IPES, IBAD and LIPL. The article discusses the topicality of the Collection in the face of contemporary Brazilian confrontations with far-right forces, in increasing re-articulation since at least 2010.

Keywords: *Cadernos do povo brasileiro*; ISEB; LIPL; ESG.

* Doutora em Ciências Sociais. Professora Associada do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano (PEPO). End. eletrônico: angelica.lovatto@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6816-0009>.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, Brasil. End. eletrônico: contadordhistoria@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9506-2916>.

Introdução

Nem tudo que é marcante na história editorial brasileira está devidamente conhecido e reconhecido. Este com certeza é o caso da Coleção *Cadernos do povo brasileiro* que, pelo brevíssimo período de 1962 a março de 1964, publicou nada menos que 28 volumes e vendeu em torno de um milhão de exemplares. A particularidade desta publicação está no fato de ter proposto, à época, não só um tratamento dos temas candentes da história e da política brasileiras, mas de tê-lo feito sob a perspectiva de discutir um projeto de revolução brasileira.

No candente debate e confronto ocorrido no pré-1964, entre as forças de esquerda e as forças de direita, que disputavam as ideias e as ruas, as três instituições responsáveis pela produção e divulgação dos *Cadernos* (ISEB, CPC da UNE e Civilização Brasileira)¹ esgrimiam com nada menos do que dois poderosos *think tanks* da extrema direita na época – o IPES e o IBAD² – que mantinham outros institutos de mobilização anticomunista, com movimentação de rua, como a LIPL – Liga Independente pela Liberdade. Por trás dessas faces civis estava a mais importante formuladora ideológica e prática do futuro golpe militar, a ESG – Escola Superior de Guerra.

Este artigo tem como objetivo não só resgatar a fértil experiência editorial de uma publicação socialista marcante do pré-1964, como demonstrar sua atualidade para o resgate do que mais importa para combater com eficácia a força da extrema-direita, em curso no nosso país: a formulação teórica de ponta, associada à agitação e propaganda das ideias revolucionárias, por meio de um competente projeto editorial de esquerda. Afinal, desde no mínimo meados da década de 2010, estamos assistindo à reorganização e crescimento de uma extrema-direita no continente latino-americano e que, no Brasil, chegou a uma vitória eleitoral em 2018 e ainda ronda, perigosamente, o ambiente político e econômico.

A Coleção e o embate entre esquerda *versus* direita

Os *Cadernos do povo brasileiro* circularam por milhares de mãos no período anterior à deflagração do golpe de estado de 1964 que, inclusive, encerrou definitivamente sua circulação. Era um momento profícuo na história e na cultura brasileira: estava-se diante do Cinema Novo, da Bossa Nova, do Teatro de Arena, da arte na rua, dos Centros Populares de Cultura da UNE – União Nacional dos

¹ ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros); CPC (Centros Populares de Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes); Livraria e Editora Civilização Brasileira, do editor Enio Silveira.

² O IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) foram dois institutos anticomunistas criados, respectivamente, em 1959 e 1962, tendo papel fundamental na luta ideológica pró-golpe militar de 1964.

Estudantes, de novos métodos de alfabetização de adultos associados à leitura da realidade, da discussão sobre a universidade necessária, do crescente movimento das Ligas Camponesas, da crescente sindicalização, greves e organização da classe operária, de crescimento de partidos e organizações revolucionárias, da campanha pelo monopólio estatal do Petróleo, para mencionar o mínimo. E, no âmbito latino-americano e caribenho, a vitória da Revolução Cubana em 1959 estremecia as bases do imperialismo estadunidense, pondo fogo nas articulações terceiro-mundistas, com países-chave em continentes-chave: Jango, no Brasil, Tito na Iugoslávia e Nasser no Egito. O pêndulo da Guerra Fria podia de fato se mover, mesmo com todos os eventuais problemas e limites daqueles países do bloco socialista, para o lado vermelho do planeta.

A extrema direita não brincou em serviço e atuou, desde o início, direta e preferencialmente no Brasil, pelo tripé largamente conhecido de (i) formulação teórica, (ii) agitação e propaganda em institutos criados para esse fim, (iii) movimentos massivos de agitação de rua. Trocando em miúdos: base teórica formulada na Escola Superior de Guerra; agitação e propaganda, televisionada para as massas, por meio do IBAD e especialmente do IPES (mantidos por financiamentos privados milionários, externos e internos); mobilizações de rua gritando pela Pátria, Liberdade, Deus, Família, Propriedade, levados a cabo pelo conjunto de ligas anticomunistas, das quais aqui vamos exemplificar com a peculiar Liga Independente Pela Liberdade.

Os *Cadernos do povo brasileiro* foram editados pela Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, sob a coordenação do destacado editor Ênio Silveira, figura emblemática da propagação da cultura brasileira, antes e depois da ditadura militar. Os diretores dessa coleção eram o próprio Silveira e o filósofo Álvaro Vieira Pinto, Diretor do último³ ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64). E a massiva divulgação popular dos *Cadernos*, concebidos propositadamente em formato de bolso e em preço acessível, foi feita pelo CPC da UNE, com a histórica construção da UNE Volante. Por meio dela, estudantes, especialmente poetas, músicos e atores que formavam os centros de cultura, levavam ao interior do Brasil, em carrocerias de caminhões, variados shows e peças de teatro. A circulação dessas atividades acontecia principalmente por meio dos *Cadernos do povo brasileiro*, especialmente o Caderno *Violão de rua*, coleção cultural dentro da coleção histórico-política. Dessa empreitada nasceram peças antológicas de Vianinha, como *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*; de Francesco Guarnieri, *Eles não usam black-tie*; poemas de Vinícius de Moraes, como *Operário em construção*. Esses mesmos estudantes-artistas operavam a alfabetização de adultos do recém-inaugurado método Paulo Freire, e o público das Ligas Camponesas e das cidades do interior do Brasil saíam das aulas mensais já como leitores dos *Cadernos*. Ou seja, o tripé teoria, *agit-prop* e mobilização de rua

³ O ISEB teve uma fase inicial (1955-60), marcadamente nacional-desenvolvimentista e uma última fase (1961-64), marcada pela influência das Reformas de Base do governo Jango.

estava forte também do lado esquerdo das lutas de classes, daqueles militantes e trabalhadores do pré-1964.

Cadernos, autores, propostas

Os *Cadernos* formavam um conjunto de 24 números temáticos consecutivos e um volume extra. Esses números temáticos eram de caráter histórico-político e econômico-social. Completavam a coleção três volumes extras de caráter cultural, reunidos sob o título de *Violão de Rua – poemas para a liberdade*, que estavam previstos para 15 números.⁴ Portanto, a coleção completa – totalizando 28 números – foi publicada no período de 1962-64, quando foi interrompida pelo golpe militar. É importante registrar que os volumes extras de caráter cultural foram publicados, a partir de 1962, concomitantemente aos números temáticos. Portanto, podemos dizer que a partir de um dado momento coexistiram duas maneiras de editar na mesma coleção e, lamentavelmente, a ditadura militar acabou, a um só golpe – com ou sem trocadilho – com ambas.

É importante notar a força da totalidade da coleção⁵, por meio de seus títulos, pois seus *Cadernos* têm diferentes autores, mas com temáticas coordenadas entre si, todas convergindo para um programa da revolução brasileira, como se percebe pelo quadro abaixo⁶:

Vol.	Autor, edição, título
01	JULIÃO, Francisco (1962). <i>Que são as Ligas Camponesas?</i>
02	SODRÉ, Nelson Werneck (1962). <i>Quem é o povo no Brasil?</i>
03	PEREIRA, Osny Duarte (1962). <i>Quem faz as leis no Brasil?</i>
04	PINTO, Álvaro Vieira (1962). <i>Por que os ricos não fazem greve?</i>
05	GUILHERME, Wanderley (1962). <i>Quem dará o golpe no Brasil?</i>
06	JÚNIOR, Theotônio ⁷ (1962). <i>Quais são os inimigos do povo?</i>

⁴ Mas não vieram a público antes de 1964 e, em função da repressão, foram destruídos.

⁵ Um estudo detalhado desta coleção pode ser encontrado em Lovatto (2010).

⁶ Referências bibliográficas completas ao final do artigo.

⁷ Trata-se de Caderno do autor hoje conhecido como Theotônio dos Santos. Em entrevista inédita concedida a Angélica Lovatto, em dezembro de 2016, ele explica que enquanto o pai, de mesmo nome e sobrenome, estava vivo, preferia assinar como Theotônio Junior.

07	COSTA, Bolívar (1962). <i>Quem pode fazer a revolução no Brasil?</i>
08	HOLANDA, Nestor de (1963). <i>Como seria o Brasil socialista?</i>
09	OLIVEIRA, Franklin de (1963). <i>Que é a revolução brasileira?</i>
10	SCHILLING, Paulo R. (1963). <i>O que é reforma agrária?</i>
11	MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá (1963). <i>Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?</i>
12	MONTEIRO, Sylvio (1963). <i>Como atua o imperialismo ianque?</i>
13	MIGLIOLI, Jorge (1963). <i>Como são feitas as greves no Brasil?</i>
14	HOFFMANN, Helga (1963). <i>Como planejar nosso desenvolvimento?</i>
15	GUERRA, Aloísio (1963). <i>A Igreja está com o povo?</i>
16	MARQUES, Aguinaldo Nepomuceno (1963). <i>De que morre o nosso povo?</i>
17	BAILBY, Eduard (1963). <i>Que é o imperialismo?</i>
18	DUARTE, Sérgio Guerra (1963). <i>Por que existem analfabetos no Brasil?</i>
19	PINHEIRO, João (1963). <i>Salário é causa de inflação?</i>
20	RAMOS, Plínio de Abreu (1963). <i>Como agem os grupos de pressão?</i>
21	CHACON, Vamireh (1963). <i>Qual a política externa conveniente ao Brasil?</i>
22	SANTA ROSA, Virgínio (1963) <i>Que foi o tenentismo?</i>
23	PEREIRA, Osny Duarte (1964). <i>Que é a Constituição?</i>
24	SOBRINHO, Barbosa Lima (1963). <i>Desde quando somos nacionalistas?</i>
extra	OLIVEIRA, Franklin (1962). <i>Revolução e contra-revolução no Brasil.</i>
extra	Vários autores (1962). <i>Violão de rua – poemas para a liberdade. Volume I</i>
extra	Vários autores (1962). <i>Violão de rua – poemas para a liberdade. Volume II</i>
extra	Vários autores (1963). <i>Violão de rua – poemas para a liberdade. Volume III</i>

Importante observar que, como volumes não numerados, que figuram como extras, foi publicado um segundo Caderno de Franklin de Oliveira,⁸ *Revolução e contrarrevolução no Brasil*. E os três volumes extras⁹ de *Violação de rua – poemas para a liberdade*.

Pelos títulos da coleção – diretos, explosivos e na forma de questionamento – percebe-se que incidiam diretamente nas questões centrais e candentes do debate político daquele momento. Tudo indica que a expectativa dos diretores dessa coleção – Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto – era de que os *Cadernos* fossem instrumentos para a elevação da consciência popular, fornecendo subsídios para a intervenção prática e teórica no cenário político nacional. Embora não exista, como praxe, uma apresentação dos organizadores a cada volume da coleção, essa perspectiva foi captada nos dados biográficos sobre Ênio Silveira¹⁰, bem como nas propostas de Vieira Pinto enquanto presidia o *último* ISEB.

A principal questão presente nas páginas dos *Cadernos* foi a busca das condições para a construção de um projeto para a revolução brasileira, com distintas implicações estratégicas e táticas. Esse contexto trazia fortemente o debate sobre o nacionalismo. Alguns cadernistas articularam o nacionalismo à luta democrática, numa formação social subordinada, no interior da divisão internacional do trabalho, conferindo, ao mesmo tempo, um caráter socialista a esta luta. Outros cadernistas discutiram diretamente a defesa da transição socialista. O debate da dimensão democrático-burguesa ou democrático-popular também esteve presente nas páginas da Coleção.

A influência e a intervenção dos *Cadernos do povo brasileiro* no debate ideológico da realidade brasileira no pré-1964, foi caracterizada, portanto, pelas lutas em prol das reformas de base, movimento que se intensifica durante o governo João Goulart (1961-64). Inseriu-se na fase do que chamamos de *nacionalismo reformista*. Esta classificação está baseada na periodização feita por Lúcio Flávio de Almeida (1995) em *Ideologia nacional e nacionalismo*, onde o nacionalismo-populista é classificado nas seguintes fases: de 1930-45 nacionalismo militar; de 1951-54 nacionalismo

⁸ Este volume extra, de autoria de Franklin de Oliveira, foi escrito originalmente em 1961, conforme apresentação do autor. Foi publicado em 1962, ainda sob capa distinta daquela que vai caracterizar a coleção. Em ordem cronológica, o Caderno número 9, *Que é a revolução brasileira?*, do mesmo autor, foi publicado no ano seguinte (1963), fazendo referências bibliográficas àquele volume extra. Quando esse volume avulso teve sua 3ª. edição, em 1962, apareceu, finalmente, no formato e capa da coleção. Os organizadores justificam sua edição no formato da coleção, chamando-o de um pré-*Caderno do povo brasileiro*.

⁹ Em paralelo aos volumes numerados, são publicados os volumes de *Violação de rua* com poemas de Geir Campos, Moacyr Felix, Ferreira Gullar, Afonso Romano de Sant'Anna, Vinícios de Moraes, Solano Trindade, Clóvis Moura, José Carlos Capinam, entre outros.

¹⁰ Cf. Silveira (1994, 1998, 2003).

trabalhista; de 1955-60 nacionalismo triunfante e de 1961-64 o nacionalismo reformista, de que estamos tratando.

Para os objetivos deste artigo, que traz tão somente uma síntese sobre o papel dos *Cadernos* e sua influência histórica e política, cabe reafirmar que a coleção foi construída no *último* ISEB, num período de intensa politização e participação popular. Para isso, os *Cadernos* jamais tiveram qualquer pretensão de caráter acadêmico, mas sem perder de vista o rigor teórico. Para cumprir essa função social, dois temas eram recorrentes em suas páginas: a luta antiimperialista e a questão agrária, esta última no sentido de eliminar o latifúndio e realizar, no mínimo, uma reforma agrária radical. Praticamente todos os demais temas são construídos a reboque: o latifúndio, o campesinato, a fome,¹¹ o imperialismo, as greves, a classe operária, as lutas de classe, e, fundamentalmente, as estratégias para a revolução brasileira. No entanto, é importante afirmar que nem todos os autores dos *Cadernos* fizeram uma relação direta entre luta antiimperialista e internacionalismo proletário. Na maioria das vezes, o antiimperialismo é o conteúdo do nacionalismo defendido, mas poucos ultrapassam esse limite da luta no âmbito preponderantemente nacional.

Os *Cadernos* – justamente por não se pretenderem acadêmicos – realizaram um importantíssimo papel naquele momento histórico em, pelo menos, duas perspectivas: a primeira, na afirmação da necessidade da construção de um programa para a revolução brasileira, dentro da multiplicidade de questões estratégicas e táticas suscitadas pelas diferentes leituras desta formação social; a segunda, por adotarem uma linguagem acessível, a fim de atingir um público menos elitizado, numa palavra, o *povo*. Evidentemente, o próprio conceito de *povo* será discutido nos diversos *Cadernos* e num deles, em especial, será o próprio tema-chave: *Quem é o povo no Brasil?* (1962), de Nelson Werneck Sodré.

Os *Cadernos* fugiram ao convencional, ao institucional, estavam fora do âmbito da academia e isso, em nosso entendimento, já teria sido uma importantíssima contribuição, mesmo que só tivesse se resumido a este aspecto. E ultrapassou. Se ainda hoje, em pleno início de século XXI, continua sendo difícil fazer vingar projetos editoriais de monta, fora do âmbito da universidade (e mesmo dentro dela), naquele momento histórico isso era muito mais difícil de ser executado. Ainda mais com a façanha (possibilitada pela união entre editor Enio Silveira, ISEB e CPC) de terem conseguido impor uma tiragem média de 20 mil exemplares por número, e a potencial divulgação para além da tiragem, via consumo de *mão-em-mão* que multiplicou sua difusão, facilitada pelo formato de bolso.

¹¹ É muito importante lembrar que a fome não era exatamente um tema considerado no âmbito acadêmico naquela época. Nesse sentido, a contribuição de Josué de Castro – praticamente isolada durante alguns anos – passava a ter eco numa publicação de grande acesso popular. O pioneirismo deste pensador – hoje destacado – demorou a fazer “escola” entre os intelectuais. Sua principal obra é *Geografia da fome* (1963).

O caso mais impressionante foi o do sugestivo *Caderno* de Vieira Pinto, *Por que os ricos não fazem greve?* que alcançou a estratosférica marca de 100.000 exemplares vendidos. Outro aspecto: até onde pudemos apurar, nunca mais houve projeto editorial desse porte que tenha envolvido a União Nacional dos Estudantes de maneira tão próxima, como essa da Editora Civilização Brasileira, em parceria com o ISEB. Eram três forças juntas e muitos leitores. A tiragem ampla provocou uma expansão, um estilo de difusão (um milhão de exemplares vendidos)¹² que, no mínimo, contribuiu para o acúmulo de conhecimentos necessários à ampliação das lutas sociais e sindicais da época: os volumes eram distribuídos não só pela UNE, como também por sindicatos, grupos de teatro e de cinema, mesmo antes do surgimento de *Violão de Rua*. Com este último, a divulgação potencializou-se.

O ISEB e a coleção: implicações para a construção de um projeto de revolução brasileira

O *último ISEB* estava – nos idos de 1962 – completamente sem verbas do Estado, como parte de uma estratégia que resultasse no isolamento e gradativa perda de espaço e influência isebiana. Para sanar este problema e manter a força da Instituição, Álvaro Vieira Pinto, ocupando a direção do Instituto, e Nelson Werneck Sodré – dois dos únicos *isebianos de primeira hora*¹³ que permaneceram na fase final – gestaram dois projetos a partir da participação de alunos egressos da Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro: Vieira Pinto propôs os volumes dos *Cadernos do povo brasileiro* e Sodré¹⁴ apresentou a *História nova do Brasil*. Esta última foi a primeira tentativa de propor um material didático sobre a história do país, sem o ranço conservador predominante até então. Os dois projetos envolviam o trabalho de alunos que, espontaneamente, desenvolveriam textos para as duas coleções. Era, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade para um aluno recém-formado e uma maneira prática de resolver, momentaneamente, os problemas de financiamento que envolviam o Instituto. Além disso, abrangia um tipo mais direto de divulgação dos materiais a serem planejados e publicados, pois aproximava sensivelmente a relação professor-aluno.

Houve distintos conteúdos e formatos de publicações do ISEB nas duas diferentes fases, isto é, as publicações de conteúdo e forma mais acadêmicas da fase juscelinista, em contraposição às publicações de conteúdo e forma mais populares

¹² Detalhes podem ser conferidos em Lovatto (2010).

¹³ Caio Navarro de Toledo, autor de *ISEB: fábrica de ideologias* (1977), denomina os isebianos mais expressivos da fase juscelinista do Instituto, ou seja, aquele onde predominou a difusão da ideologia nacional-desenvolvimentista como “isebianos de primeira hora”. Um estudo sistemático sobre o mentor do ISEB, Hélio Jaguaribe, e a ideologia nacional do período JK pode ser buscada em Lovatto (2023).

¹⁴ Sodré faz um balanço sobre a coleção que coordenou no livro *História da história nova* (1986).

do *último ISEB*. E, evidentemente, diferiu também o público-alvo atingido, de acordo com a perspectiva das publicações. Ficou patente, portanto, a relação entre *meio e mensagem*, isto é, enquanto na fase juscelinista os autores se colocavam como a autêntica *intelligentsia* de uma elite nacional, os autores dos *Cadernos* se colocavam “a serviço do povo” – explicitando, algumas vezes, que esse *povo* era concretamente uma classe determinada: o proletariado. Não por acaso, o autor do volume 1 dos *Cadernos* acabou sendo a própria liderança de um movimento camponês, caso de Francisco Julião, que escreveu *O que são as Ligas Camponesas?* Apesar de sua formação acadêmica como advogado e, inclusive, sua atuação nessa área, Julião integrou-se como militante junto às Ligas.

Se o objetivo das publicações e cursos da primeira fase do ISEB era instrumentalizar a burguesia brasileira com um projeto nacional-desenvolvimentista, os *Cadernos* tinham uma proposta mais declaradamente mobilizadora das classes trabalhadoras, inclusive com um potencial revolucionário ausente na fase anterior – pelo menos do ponto dessas classes. Enfim, se, na primeira fase, a crítica ao capital estrangeiro – embora assumisse tons candentes em alguns autores – apontava, no geral, apenas para uma redefinição da dependência, na fase dos *Cadernos* os autores eram portadores de uma perspectiva assumidamente antiimperialista e o nacionalismo ali defendido tinha esse conteúdo.

Daqueles *isebianos de primeira hora* presentes na fase inicial, é importante ressaltar que restaram poucos. Dentre eles, os mais importantes foram Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto. A despeito das diferenças entre os dois – tanto de ordem intelectual, quanto política – tinham estatuto teórico e intelectual para, se quisessem, abandonar também o ISEB nesta fase de difícil sustentação do instituto. Isso com certeza teria sido pessoalmente mais cômodo e a história do instituto provavelmente acabaria ali. Mas os dois autores não debandaram, ao contrário, trabalharam no sentido de fortalecer o ISEB e usaram de criatividade e imaginação – e de sacrifícios de ordem pessoal e acadêmica – para que a campanha de difamação, intensamente desenvolvida contra o instituto, não tivesse o desfecho que os conservadores pretendiam.

O *último ISEB* e a campanha de difamação das forças de direita

Enquanto o ISEB continuava, a duras penas, tentando se sustentar do ponto de vista institucional, financeiro e político, uma outra organização de cunho militar se fortalecia. Tratava-se da ESG – Escola Superior de Guerra.¹⁵ Sua atuação não era tão explícita, pois as forças de direita tinham outros braços institucionais mais aparentes. Estamos falando do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos

¹⁵ Para um melhor aprofundamento sobre a ESG podem ser consultados: Stepan (1975), Oliveira (1976) e Ballarin (2005).

Sociais, cujo braço político era o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.¹⁶ A campanha anti-comunista que esses dois organismos disseminavam assustava principalmente as classes médias conservadoras. Portanto, a eficácia da direita – neste aspecto – vinha sendo construída há um bom tempo.

Enquanto no ISEB da fase nacional-desenvolvimentista as proposições, em geral, mascaravam as determinações de classe – e estavam conjugadas ao objetivo de superar o subdesenvolvimento, completando o capitalismo – nos *Cadernos do povo brasileiro*, produzidos no *último ISEB*, aparecia justamente o contrário, ou seja, eram realizados esforços para fazer florescer as determinações de classe. Esse discurso classista era insuportável para as forças que tentavam dar o golpe fatal na democracia desde os tempos do suicídio de Vargas (1954), da tentativa de impedimento da posse de Juscelino (1955) ou, mais tarde, do golpe branco do parlamentarismo (1961). Acabou ficando famosa uma frase de Tancredo Neves quando de seu depoimento ao CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Perguntado sobre a relação entre o ISEB e a ESG, o político mineiro respondeu de forma perspicaz: “Na verdade, o ISEB foi criado para não ter a Escola Superior de Guerra, não é?” (Neves, 1984, p. 86).

O papel das Forças Armadas: nacionalismo de esquerda versus Escola Superior de Guerra

O nacionalismo militar de esquerda estava sendo sufocado pelas novas inflexões da ESG. Esse nacionalismo tinha sofrido um duro golpe com a derrota nas eleições de 1962 para o Clube Militar. Além disso, o embate entre as duas posições tinha se estabelecido muito antes, na segunda metade dos anos 1940, mais precisamente desde o pós-guerra:

No que se refere às Forças Armadas, a fissura ideológica aberta pela Guerra Fria seria consagrada com a criação, em 1949, da Escola Superior de Guerra (fortemente antipopulista, anti-comunista e pró-EUA) e na reativação do Clube Militar como um *locus* central da disputa político-ideológica. Foi no Clube Militar que se desencadeou o debate sobre a questão do petróleo, opondo, de um lado o general Juarez Távora, um dos fundadores, em 1949, da ESG e, de outro, o general Horta Barbosa, nacionalista e defensor da solução estatizante para a questão petrolífera”. (Almeida, 2003, p. 91-2).

Almeida define essa luta como “contradança ideológica”, destacando que um excelente cenário para observá-la é a *Revista do Clube Militar*. (Cf. Almeida, 2006,

¹⁶ Detalhes do funcionamento destes institutos em Dreifuss (1981).

p.66).¹⁷ Ele indica que, no pré-1964 houve um “processo de mutação ideológica cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão das lutas políticas travadas no Brasil”, ao contrário do lugar-comum em que normalmente as análises sobre esse período são feitas no sentido de que as esquerdas, especialmente o Partido Comunista, teriam privilegiado a questão nacional e não a democrática. Para o autor, o aspecto recorrente a partir de meados dos anos 1950 e que reapareceu no discurso nacionalista foi justamente a valorização da democracia, (Almeida, 2006, p.65), inclusive nas Forças Armadas:

A dinâmica das forças políticas impulsionou a maioria dos segmentos nacionalistas, inclusive no interior das Forças Armadas, a assumir um discurso liberal-democrático e de defesa da ordem constitucional contra as forças político-militares que, até então, praticamente detinham a exclusividade deste discurso (especialmente os políticos da UDN e militares ligados à Cruzada Democrática e à Escola Superior de Guerra). (Almeida, 2006, p. 65-66)

O acirramento das posições ideológicas militares era intenso e a temperatura era sentida nas páginas da *Revista do Clube Militar*. Como quase tudo neste período, outra mudança começaria a abalar as forças nacionalistas, com o advento do governo Jânio Quadros e a tentativa de golpe de 1961. De novo sofre alteração o cenário das disputas militares, reflexo das lutas do próprio período. Depois desse intenso momento das forças nacionalistas militares de esquerda de 1956 a 60, volta a crescer o grupo opositor que retoma, em 1962, como já apontamos, as posições no Clube Militar. Por isso, algumas análises enxergam nesse evento o prenúncio da quase irreversibilidade do quadro e a vitória das forças abrigadas sob a ESG.

Nos limites de nossa discussão sobre esse aspecto, importa destacar que, após a vitória das forças organizadas em torno da ESG, com a instalação da ditadura militar, notadamente no chamado “golpe dentro golpe” a partir do AI-5, em 1968, essa estratégia passou a predominar com a perversidade característica. Tratava-se “de encontrar aquelas minorias” que seriam “os focos da ‘agitação’”, na explicação se Sodré sobre aquele raciocínio: “Ora, quando as ideias discrepantes eram levadas às massas”, o crime “dessas minorias tornava-se nefando e era necessário extirpá-lo cirurgicamente”. Resultado: “isoladas as pessoas portadoras do vírus e submetidas ao tratamento adequado – tortura, prisão, demissão, exílio, banimento etc. – a pátria estava salva, a sociedade redimida”. (Cf. Sodré, 1978). O IPM do ISEB, produzido a partir dessa vitória das forças reacionárias, teve duas fases, descritas de forma impressionante por Sodré:

¹⁷ Esta análise encontra-se no livro *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, de Lúcio Flávio de Almeida (2006), especialmente os capítulos “Nacionalistas em marcha forçada” (p.35-64) e “Contradança ideológica: nacionalismo e democracia em meados dos anos 1950” (p. 65-104).

na primeira, tratou especificamente daquela instituição de cultura; na segunda, tornou-se vastíssima “sopa de pedra” em que foram mergulhados três ex-Presidentes da República, meia dúzia de ex-Ministros da Educação, sem falar em parlamentares, militares, professores, escritores, cineastas, teatrólogos, estudantes, dirigentes sindicais, editores, advogados, toda a sorte de pessoas, no fim das contas – todos aqueles que tinham compromisso com a democracia e procuravam servi-la, com erros e acertos – antes que a “redentora” nos trouxesse aquilo que desconhecíamos desde os tempos coloniais: a tortura, o degredo, a pena de morte, a execração, o confisco, a infâmia como arma política (Ibid.: p. 66-67).

Identificados com o ISEB, neste espectro de perseguição e repressão, não poderia ter sido outro o destino dos *Cadernos do povo brasileiro*, encerrados sumariamente pelo golpe militar de 1964.

Outras forças na articulação da extrema-direita

Não por acaso, naquele ambiente de eficaz distribuição dos *Cadernos* por grande parte do território nacional, não tardou para que o IPES apresentasse uma propaganda, veiculada diretamente na televisão em horário nobre, fazendo campanha massiva contra o “perigo” comunista daquela publicação. A produção de tal propaganda iniciava mostrando as capas dos *Cadernos* e advertia: “Se o seu filho tem em casa um livrinho com essa capa, tome cuidado, ele está sendo cooptado pelo comunismo”. E convocava: “Junte todos os exemplares que estiverem em posse de seu filho e venha queimar em Praça pública”. Embora pareça brincadeira de mal gosto, a fogueira anticomunista ardeu forte em praças de Belo Horizonte, confirmada no relato de Barbosa Lima Sobrinho¹⁸ em depoimento em homenagem a Enio Silveira, nos idos dos anos 1990.

Outra articulação eficaz da direita, dessa vez em São Paulo, mas com repercussão nacional, foi a Liga Independente Pela Liberdade – LIPL, fundada por Maria Pacheco e Chaves¹⁹ em novembro de 1962, na cidade de Ourinhos, interior do Estado de São Paulo. Embora a articulação de direita passe por variadas organizações deste tipo, neste artigo queremos destacá-la como referencial exemplar

¹⁸ Cf. Sobrinho (1998).

¹⁹ Maria Pacheco e Chaves era integrante de uma tradicional família de produtores rurais e políticos do Estado de São Paulo, os Pacheco e Chaves e os Prados. Tinha grande proximidade com a igreja católica ultra-conservadora, lecionou religião e auxiliou a família em seus negócios. Os Pacheco e Chaves eram latifundiários do ramo cafeeiro. A frente dos negócios da família, Maria Pacheco fez parte da Sociedade Rural Brasileira, entidade que apoiou desde o início as ações da LIPL.

para o que estamos tentando demonstrar, no ambiente do pré-1964. A peculiaridade dessa Liga passa por sua tentativa de ligação com um auto-denominado movimento que intenta se passar por feminismo, embora entendido num contexto conservador, muito distinto das origens do movimento de mulheres organizadas em função das pautas da classe trabalhadora no período. Estava em ação a tática divisionista da direita. Maria Pacheco, mentora do grupo, se opõe a uma organização constituída exclusivamente por mulheres, alegando que o momento exigia a união de forças entre homens e mulheres, mas que não deveria desistir de ser presidida por uma mulher.

Com intuito de barrar as reformas, em especial a agrária, ponto sensível para sua presidente, a LIPL²⁰ acusa o presidente João Goulart e seus aliados de “empurrar” o país para o comunismo, dando origem a uma “República Sindicalista”. Sobre o conjunto das Reformas de Base, a Liga combatia a mudança da Constituição por acreditar que essa não necessitava de alterações significativas, por ser suficientemente liberal e favorecedora das pessoas mais “dedicadas” ao país. As mulheres e homens pertencentes à Liga, e comandadas por Maria Pacheco, utilizavam seus contatos e recursos financeiros para panfletagem contra o governo, organizações estudantis e sindicatos, associando-os aos regimes do Leste Europeu, a Cuba e a China²¹.

Em 19 de março de 1964, a LIPL participou do auge da mobilização de rua coordenada pela extrema-direita, a saber, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade como uma das entidades signatárias. A Liga estabeleceu contatos com políticos, religiosos, empresários, militares e demais personalidades de dentro e fora do país. Tinham como principal meio de informação do que desejavam para o país seus boletins informativos, constituídos de 20 livretos que eram distribuídos para (assim como acontecia na estratégia de esquerda dos *Cadernos do Povo Brasileiro*), circularem entre os trabalhadores e aliados, só que com agitação e propaganda contrária²².

A Liga e demais organizações de direita da época, constituem engrenagens que expressam a luta de classes existente no Brasil do pré-64 e que culminou na vitória das classes dirigentes. Elas repudiavam alterações constitucionais que criassem direitos para as camadas populares e reduzissem seus privilégios de classe,

²⁰ Detalhes sobre a atuação da LIPL podem ser buscadas na pesquisa inédita que vem sendo desenvolvida com base nos documentos originais da Liga (Cf. Constâncio, 2023).

²¹ Cf. Constâncio (2023).

²² Seus boletins eram divididos em duas coleções, “Ideia com Ideia se Combate” e “‘Mais Vale Um Pássaro na Mão do que Dois Voando’, não largue o certo pelo incerto”. Maria Pacheco ainda escreveu colunas para jornais de São Paulo, em especial “O Diário da Noite” e publicou alguns livros, sendo o mais completo intitulado “Os grandes esquecidos de um Brasil verdadeiro”, onde exalta os cafeicultores paulistas, narra a história da sua família e relata os feitos da LIPL.

por isso combatiam de maneira enfática o nacional-reformismo. A Liga existiu até meados de 1965. A entidade tinha alcançado seu objetivo, que era o de desgastar o governo Jango e suas reformas.

Conclusão: o Brasil contado nas páginas dos Cadernistas

O quadro da história brasileira reconstituída pelos *Cadernos* no período é impossível de ser ignorado. Eles traziam uma miríade de questões debatidas no pré-1964, entre elas, um importante quadro de análise histórica do imperialismo e sua presença no Brasil. A coleção dá conta de todo um intrincado conjunto de determinações históricas, procurando explicar o processo político-econômico brasileiro, no mínimo desde 1930. Também se referem constantemente aos demais países da América Latina e como interagem com o Brasil na busca da superação do subdesenvolvimento e – mais importante – em como construir a revolução brasileira e latino-americana. Na luta contra o imperialismo, os *Cadernos* trazem todo o mapeamento das empresas americanas e sua atuação no território nacional e latino-americano, muitas vezes rico em detalhes nem sequer imaginados pelo público que lia os *Cadernos*, à época.

O leitor que puder dar conta da leitura dos 28 volumes temáticos desta coleção antológica – conhecida, mas pouco reconhecida – terá o prazer de entender o quadro da história do Brasil, da colonização até o início da década de 1960, momento de sua redação. Terá uma visão integrada com vistas à sua própria auto-organização como classe, não só pelo conteúdo como pela forma editorial e de agitação e propaganda, na luta contra a direita e a extrema-direita, necessidade tão premente no Brasil (e no mundo) contemporâneo.

Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.
- _____. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Isabel (Orgs.). *Corações vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- BAILBY, Eduard. *Que é o imperialismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 17, 1963.
- BALLARIN, Antonio Henrique Vieira. *Doctrina de Segurança Nacional: elitismo, intervenção e tutela política como projeto para o Brasil*. Monografia (Trabalho

de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. S.Paulo: Brasiliense, 1963.

CHACON, Vamireh. *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 21, 1963.

CONSTANCIO, Douglas Rocha. *Liga Independente pela Liberdade (1962-65): fundamentos do discurso anticomunista numa época de Reformas de Base. Qualificação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.*

COSTA, Bolívar. *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 7, 1962.

DUARTE, Sérgio Guerra. *Por que existem analfabetos no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 18, 1963.

FELIX, Moacyr (Org.). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Volume I extra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, 1963.

_____. (Org.). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Volume II extra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, 1963.

_____. (Org.). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Volume III extra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, 1963.

GUERRA, Aloísio. *A Igreja está com o povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 15, 1963.

GUILHERME, Wanderley. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 5, 1962.

HOFFMANN, Helga. *Como planejar nosso desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 14, 1963.

HOLANDA, Nestor de. *Como seria o Brasil socialista?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 8, 1962.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 1, 1962.

JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 6, 1962.

LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. São Paulo: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, 2010.

_____. *Do ISEB ao Pacto Social Brasil, 2000: a utopia nacionalista burguesa de Hélio Jaguaribe*. Tese (Livres-Docência em Pensamento Político Brasileiro) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.

MARQUES, Aguinaldo Nepomuceno. *De que morre o nosso povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 16, 1963.

MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 13, 1963.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 11, 1963.

MONTEIRO, Sylvio. *Como atua o imperialismo yanque?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 12, 1963.

OLIVEIRA, Eliezer R. de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Franklin de. *Que é a revolução brasileira?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 9, 1963.

_____. *Revolução e contra-revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume extra, 1962.

PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a Constituição?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 23, 1963.

_____. *Quem faz as leis no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 3, 1962.

PINHEIRO, João. *Salário é causa de inflação?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 19, 1963.

PINTO, Álvaro Vieira. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 4, 1962.

RAMOS, Plínio de Abreu. *Como agem os grupos de pressão?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 20, 1963.

SANTA ROSA, Virgínio. *Que foi o tenentismo?* 2ª.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 22, 1963.

- SCHILLING, Paulo R. *O que é reforma agrária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 10, 1963.
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE – uma história de paixão e consciência*. [Depoimentos]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- _____. A vida muda o morto em multidão. In: FELIX, Moacyr (Org.) *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. Depoimento a Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes e Mirian Senra. In: FERREIRA, Jerusa Pires (Org.) *Editando o editor*. São Paulo: Edusp, 2003.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Desde quando somos nacionalistas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 24, 1963.
- _____. Um servidor da inteligência brasileira. In: FELIX, Moacyr (Org.) *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Cadernos do povo brasileiro, volume 2, 1962.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.